

A PROBLEMÁTICA DO AUTO-RECONHECIMENTO DA EDUCAÇÃO/ APRENDIZAGEM NÃO-FORMAL – UM CONTRIBUTO PRÁTICO

Sérgio Miguel Seno da Silva Xavier

Dinamo – Associação Juvenil de Dinamização Sócio-cultural
info@dinamo.pt

Resumo

A generalidade dos cidadãos portugueses ainda desconhece o significado da expressão “educação não-formal” (ENF), desconhecendo também a sua pertinência. Por um lado, as múltiplas e diversas manifestações que a ENF tem no país nem sempre são visíveis, identificáveis ou mapeáveis. Por outro lado, não existe uma oferta significativa de oportunidades para aprender em contextos de ENF e existe um caminho considerável a percorrer para a integração da ENF na agenda da Educação em Portugal.

O facto de não existir um entendimento claro e comum da ENF é preocupante, considerando que a ENF continua a ser uma abordagem educativa internacionalmente reconhecida como vantajosa para o desenvolvimento de competências sociais, nomeadamente no domínio da cidadania democrática ou dos Direitos Humanos, sendo também uma poderosa ferramenta para a inclusão social.

O desafio do reconhecimento do valor da ENF está intimamente ligado a um outro - o reconhecimento da aprendizagem não-formal (ANF), ou seja, o reconhecimento das competências adquiridas/desenvolvidas através de processos de ENF.

A complexidade inerente aos métodos de avaliação e de diagnóstico de resultados dos processos desenvolvidos por meio da ENF, dificulta o reconhecimento da aprendizagem a diversos níveis (individual, social, político) e também a sua visibilidade e o seu entendimento.

A participação dos cidadãos portugueses na transformação social está presentemente condicionada pela centralização da Educação, e pela limitada compreensão do fenómeno da ANF. Este artigo pretende contribuir para o

entendimento da problemática do reconhecimento da educação e aprendizagem não-formais em Portugal, nomeadamente na dimensão do auto-reconhecimento, propondo possíveis respostas e soluções práticas.

Palavras-chave: Reconhecimento; Educação Não-Formal; Aprendizagem Não-Formal; Mecanismo; Auto-reconhecimento.

Abstract

The Portuguese common citizen is still unfamiliar with the meaning of the term “non-formal education” (NFE). On the one hand, the multiple and diverse expressions that NFE has in the country are not always visible or mappable. On the other hand, there is not a significant amount of opportunities for learning in NFE contexts and there is a considerable way to roam in order to integrate NFE on the Education agenda in Portugal.

The fact that there is not a clear and common understanding of NFE is a reason of concerning, considering that NFE continues to be an educational approach internationally recognized as beneficial for the development of social skills, particularly in the field of democratic citizenship and human rights. NFE can also be a powerful tool for social inclusion.

The challenge of recognizing the value of NFE is closely connected to another one – the recognition of non-formal learning (NFL), or the recognition of the competencies acquired or developed through NFE processes.

The inherent complexity of the evaluation and assessment methods of the results of NFE processes hinders the recognition of learning at different levels (individual, social, political) and also its visibility and understanding.

The participation of Portuguese citizens in social change is currently constrained by the centralization of Education, and by the limited comprehension of the NFL phenomena. This article aims to contribute to the understanding of the problematic of NFE/NFL recognition in Portugal, especially in the dimension of self-recognition, proposing possible solutions and practical answers.

Keywords: Recognition; Non-formal education; Non-formal learning; Mechanism; Self-recognition.



As Diferentes Formas de Reconhecimento da Educação/Aprendizagem Não-Formal

No documento de trabalho “Pathways 2.0 - towards recognition of non-formal learning/education and of youth work in Europe” (parceria da Comissão Europeia e do Conselho da Europa no domínio da Juventude) é proposta a seguinte distinção entre as diferentes formas de reconhecimento da ANF:

- *Auto-reconhecimento* – significa o diagnóstico feito pelo indivíduo relativamente aos seus resultados de aprendizagem e à capacidade de usar estes resultados de aprendizagem noutros domínios.
- *Reconhecimento social* – significa que os atores sociais têm conhecimento do valor das competências adquiridas em contextos não-formais e do trabalho desenvolvido nestas actividades, incluindo o valor das organizações dedicadas a este trabalho;
- *Reconhecimento político* – significa o reconhecimento da ENF na legislação e/ou a inclusão da ANF/ENF nas estratégias políticas, e o envolvimento dos promotores de ANF nestas estratégias;
- *Reconhecimento formal* – significa a ‘validação’ dos resultados de aprendizagem e a ‘certificação’ de um processo de aprendizagem e/ou destes resultados, através da produção de certificados ou diplomas que reconheçam formalmente o que foi alcançado por um indivíduo.

Pela sua adequação, esta proposta será também usada neste artigo, exclusivamente dedicado ao auto-reconhecimento.

A Problemática do Auto-Reconhecimento

Crescemos atualmente num paradigma em que a nossa aprendizagem é estruturada, estimulada, dirigida e diagnosticada por terceiros – não planeamos, não impulsionamos, não escolhemos, nem avaliamos a nossa aprendizagem. Crescemos sem evidentes oportunidades para nos desenvolvermos enquanto indivíduos capazes de aprender com maior autonomia, quer a nível da identificação de 'o que' aprender, quer a nível do 'como' aprender. Se, de acordo com Vinova Bhave (1996), "o propósito da aprendizagem é a liberdade", então estamos aquém de não viver reféns de (ou manipuláveis por) um sistema que estabelece, por nós, um rumo para a nossa

aprendizagem.

Para além deste paradigma viciar a 'matéria aprendível' (quem aprenderá o que ainda ninguém aprendeu?) é também um obstáculo à auto-monitorização do desenvolvimento e, conseqüentemente, ao auto-reconhecimento da aprendizagem.

É também devido a este fenómeno que instituições como a União Europeia¹ advogam a integração das competências do domínio do "aprender a aprender" nos programas e currículos educativos – uma agenda que se revela complexa, precisamente porque, presentemente, não é coerente (e compatível?) com a maioria das práticas e sistemas educativos consolidados nos Estados, como acontece também em Portugal.

Plano Pessoal de Aprendizagem

Para além do desenvolvimento da Educação num sentido mais flexível e acomodador de opções individuais, uma possível resposta prática a esta problemática é o "plano pessoal de aprendizagem" – um instrumento que coloca o indivíduo na posição de um *identificador* das aprendizagens importantes para si e também de um planificador da estratégia pessoal que tornará essa aprendizagem possível. Num plano pessoal de aprendizagem poderão figurar indicações sobre o “que” e o “como” aprender como se exemplifica no quadro 1.

Quadro 1 – Exemplo de Plano Pessoal de Aprendizagem.

O que quero aprender?	Porquê?	Como irei aprender?	Com quem irei aprender?	Quando irei aprender?	Notas
Comunicar com um grupo de pessoas.	Porque considero uma competência fundamental para se ser formador.	Obtendo feedback dos meus pares relativamente à minha performance e melhorando, passo a passo, a mesma.	Com os meus colegas formadores que desempenham um trabalho semelhante ao que eu gostaria de desenvolver.	Desde Setembro até Dezembro, no contexto da Formação de Formadores onde estarei como observador-aprendente.	Poderei praticar em casa, de manhã, em frente ao espelho grande da sala para ir corrigindo os problemas identificados.
...

Fonte: fonte própria, baseado em Conselho da Europa (2006).

¹ Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006, sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida.

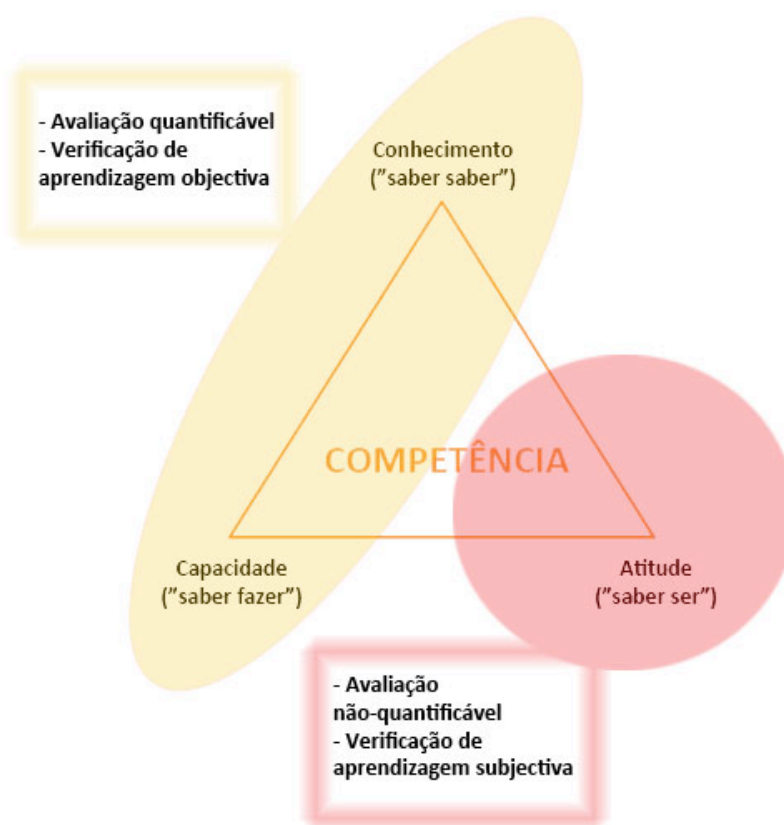


Auto-Diagnóstico de Competências (ADC)

Uma outra resposta possível à problemática do auto-reconhecimento é o “auto-diagnóstico de competências” (ADC), que coloca o aprendente no lugar do seu próprio avaliador de competências (ou do seu desempenho no desenvolvimento destas).

O ADC é uma ferramenta de auto-avaliação que permite ao aprendente identificar as suas próprias competências e pode revelar-se particularmente útil no domínio das atitudes (ou do “saber ser”) onde as competências são menos passíveis de ser analisadas segundo critérios objectivos e/ou quantitativos (Fig.1).

Figura 1 – Diferentes componentes de uma "competência" e atributos correspondentes à sua avaliação/diagnóstico.



Fonte: Fonte própria.

Os ADC podem ter um grau variável de detalhe, consoante os seus objectivos:

Menor detalhe e maior subjectividade – requerem menos reflexão e são particularmente úteis para quem se inicia no domínio de competências “aprender a aprender” ou quando o objectivo é aferir num curto espaço de tempo um número considerável de competências. No entanto, o resultado final poderá ser de assinalável subjectividade. Como se exemplifica no quadro 2 que se segue, que inclui algumas questões plausíveis, devido ao nível de subjectividade do diagnóstico:

Quadro 2 – Exemplo de Auto-Diagnóstico de Competências simples e questões legítimas relativamente à sua subjectividade.

Competências aferidas	Questões plausíveis
Sou competente na comunicação com um grupo de aprendentes.	Que comunicação? Que grupo?
Consigo estruturar uma apresentação de dez minutos para uma pequena audiência.	Que apresentação? Que audiência?
Sou capaz de responder a questões que me sejam colocadas após as minhas comunicações em público.	Que questões? Que comunicações? Que público?

Fonte: fonte própria.

Maior detalhe e menor subjectividade – requerem mais tempo e pressupõem o ancoramento do diagnóstico em situações concretas. Poderá ser mais adequado no caso de se pretender criar um documento público, como um Portefólio pessoal (conforme sugerido no “European Portfolio for youth leaders and youth workers”, Conselho da Europa, 2006) como se exemplifica no quadro 3.

Quadro 3 – Exemplo de Auto-Diagnóstico de Competências detalhado.

Competência	Sou competente na comunicação com um grupo de aprendentes.
Quando é que demonstrei esta competência pela última vez?	Durante a última oficina em que estive envolvido como formador (Dezembro, 2012).
Que tipo de exemplos possuo para a ilustrar?	Experiência em dar instruções para uma actividade. Experiência em sintetizar resultados de uma sessão com os contributos dos participantes.
Quem esteve envolvido?	Uma colega co-formadora (Maria dos Santos, da Federação Portuguesa de Formadores) e um grupo de aprendentes do concelho de Sintra, com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos.
O que é que aconteceu?	Na sessão sobre “Transformação de Conflito” que decorreu na referida oficina, comuniquei uma experiência pessoal com conflito a 12 aprendentes. Todos/as entenderam a experiência, que lhes serviu de exemplo para a actividade subsequente. No final da actividade, o grupo foi sensível às questões que levantei para reflexão e estruturou a sistematização dos resultados da sessão nas mesmas.

Fonte: fonte própria, baseado em Conselho da Europa (2006).



O ADC é frequentemente usado em contextos de ANF e pode ser adaptado a diferentes momentos – antes, durante e após os processos educativos:

Antes de processos de ANF – o ADC pode ser útil para aferir necessidades individuais de aprendizagem e, conseqüentemente, conduzir à adaptação do processo educativo que se lhe sucede. Numa lógica de qualificar os resultados pretendidos nesta adaptação, o ADC poderá ser assistido, ou seja, baseado no referencial de competências do processo educativo respectivo. Pode também ser útil como referência comparativa com um outro ADC assistido feito durante ou após o processo educativo – esta prática é usada geralmente para observar os resultados de aprendizagem, como exemplificado no quadro 4.

Quadro 4 – Exemplo de um Auto-Diagnóstico de Competências Assistido

Como avalia a sua competência para comunicar com um grupo?	1	2	3	4	5	6	7
			x				
<p>Porquê?</p> <p>Porque apesar de conseguir preparar uma comunicação estruturada e sólida, ainda não me sinto estável emocionalmente em momentos que falo para um grupo.</p>							

Fonte: fonte própria.

Durante processos de ANF – o ADC pode ser usado durante os processos de aprendizagem com o objetivo de avaliar o desempenho dos aprendentes (ou da equipa educativa) e o progresso da aprendizagem nesse processo. Uma forma possível de o fazer é adaptando-o para um Diagnóstico Individual de Aprendizagem (DIA) que é usado continuamente ao longo do processo.

Um “Diário de Aprendizagem” é uma ferramenta típica para levar a cabo um DIA – os aprendentes registam diariamente as suas considerações sobre a sua aprendizagem e actualizam os seu DIA com base nos seus resultados. Uma abordagem possível para estruturar o registo no “Diário de Aprendizagem” em contexto residencial é, no início do dia, apresentar as metas de aprendizagem relativas ao dia e providenciar algum tempo de introspecção aos aprendentes para registarem os seus objectivos de aprendizagem para esse mesmo dia (quadro 5). No final do dia, os aprendentes encontram um espaço para regressar ao seu “Diário de Aprendizagem” e registam o que aprenderam durante o dia (de forma mais ou menos detalhada) e o que necessitam de aprender no futuro. Podem também efectuar a

revisão dos dias anteriores. Esta abordagem pode ser efectuada sempre numa dimensão individual ou, por exemplo em duplas ou trios de aprendizagem entre pares. Se for esse o caso, consegue-se uma implementação mais holística do “Diário de Aprendizagem”, no entanto, é necessário alocar mais tempo para estes momentos.

Quadro 5 – Exemplo de um Diagnóstico Individual de Aprendizagem implementado através de um "Diário de Aprendizagem".

Formação em Participação Juvenil - Dia 3		
Metas de aprendizagem para hoje	- Desenvolver o conhecimento das políticas em Portugal relevantes para a participação juvenil e para a educação para a cidadania democrática.	Início do dia
Os meus objectivos de aprendizagem para hoje	- Identificar obstáculos à participação juvenil nas políticas de juventude e de educação portuguesas. - Formular possíveis alterações a estas políticas no sentido de facilitar a participação juvenil em Portugal.	
O que aprendi hoje	- Tomei conhecimento da nova Lei do Estatuto do Aluno. - Identifiquei obstáculos à participação juvenil na Lei dos Conselhos Municipais de Juventude. - Formulei uma análise crítica de uma Política e uma proposta de alteração à mesma.	Final do dia
O que necessito de aprender no futuro	- Preciso de analisar com maior detalhe a Lei do Estatuto do Aluno, para conseguir ter uma visão crítica e formular alternativas. - Necessito de mapear como funcionam os Conselhos Municipais de Juventude nos países Europeus, de forma a ter termos de comparação com o cenário Português.	

Fonte: fonte própria.

No final de processos de ANF – pode repetir-se o ADC semelhante ao que se usou antes do processo iniciar-se (quadro 4). Este ADC é particularmente útil para avaliar, comparativamente, os resultados de aprendizagem imediatamente no final do processo. É frequente acontecer que o aprendente recue na sua escala de auto-avaliação de competências, relativamente à classificação por si dada antes do processo. Este facto não significa necessariamente que não houve resultados de aprendizagem, pois pode significar que o aprendente percebeu, durante o processo,



que as competências em causa são mais vastas ou densas do que inicialmente considerado e, portanto, esse facto é já um resultado concreto de aprendizagem.²

Esta particularidade é uma das principais razões para a utilização da pergunta “Porquê” neste tipo de ADC (quadro 4). O final dos processos é também um momento estratégico para consolidar os registos de um “Diário de Aprendizagem” num DIA final, relativo ao processo (quadro 6). Esta versão consolidada pode ser elaborada com base em auxiliares de registo, como guiões, e pode também ser apoiada com partilha entre pares. Este DIA final é já passível de figurar em documentos de certificação (se o aprendente assim o desejar).

Quadro 6 – Exemplo de Guião para apoiar a produção de um Diagnóstico Individual de Aprendizagem, constituído por exemplos de inícios de frases adequadas.

Guião para Diagnóstico Individual de Aprendizagem
Agora, sinto-me mais confortável...
Descobri que...
Sinto-me confiante...
Fiz progressos...
Sou capaz de...
Sei agora como...
Desenvolvi...
Tenho uma visão mais clara...
Posso demonstrar eficientemente...
Agora, estou consciente quanto...
Percebo que...
Agora, tenho a capacidade...

Fonte: fonte própria.

Após processos de ANF – tendo em consideração que a aprendizagem decorrente de um processo estende-se para além desse processo, poderá ser bastante útil efetuar um novo ADC semelhante aos realizados antes e no final do processo (Tabela 4) Os objetivos são os mesmos do ADC efectuado no final do processo, com a diferença de, por exemplo, 12 meses, onde já houve um tempo de

² Esta constatação poderá também contribuir para o desenvolvimento de competências para o bom desempenho da auto-crítica.

consolidação e maturação das aprendizagens despoletadas pelo processo. Este ADC pode ser particularmente útil em processos de aprendizagem fundamentalmente experiencial, para identificar aprendizagens no domínio das atitudes (saber ser) que, geralmente, necessitam de tempo para serem consolidadas e visíveis pelo aprendente.

Um Mecanismo para o Auto-Reconhecimento da Educação/Aprendizagem Não-Formal

De forma a facilitar o auto-reconhecimento da ANF, é aqui proposto um mecanismo que, em 12 passos possíveis, integra todos os instrumentos acima referenciados. Este mecanismo encontra-se esquematizado na figura 2.

1.º passo – Construção de um Referencial de Competências para o processo de ANF em causa – por parte da equipa educativa – medida recomendada (quadro 7).

Quadro 7 – Excerto exemplificativo de um Referencial de Competências, neste caso relativo a uma formação sobre Participação Juvenil.

No final desta formação em Participação Juvenil, os aprendentes deverão ser competentes para:
<ul style="list-style-type: none">- Identificar oportunidades para ser um actor activo no desenvolvimento da educação para a participação juvenil no contexto de trabalho socioeducativo.- Identificar diferentes formas de contribuir para o desenvolvimento da educação para a participação juvenil em Portugal.- Pôr em prática formas de potenciar a participação juvenil.- Identificar actores e entidades influentes no contexto da participação juvenil.- Perceber quais os principais constrangimentos ao desenvolvimento da participação juvenil em Portugal.- Mapear diferentes ligações entre a participação juvenil e a transformação social.- Identificar diferentes formas de participação juvenil.

Fonte: fonte própria.

2.º passo – Construção e Resposta ao Auto-Diagnóstico de Competências Assistido, com base no Referencial de Competências (enunciado no 1.º passo) – por parte dos aprendentes – medida recomendada;

3.º passo – Adaptação do processo educativo, em função das respostas obtidas



através do Auto-Diagnóstico de Competências Assistido – por parte da equipa educativa – medida recomendada;

4.º passo – Início do processo educativo;

5.º passo – Resposta a Auto-Diagnóstico de Competências Assistido intermédio, semelhante ao acima enunciado no 2.º passo. Pode ser adaptado para um Diagnóstico Individual de Aprendizagem (e.g. “Diário de Aprendizagem”) – por parte dos aprendentes – medida recomendada em processos de média e longa-duração;

6.º passo – Readaptação do processo educativo (como acima enunciado no 3.º passo), em função das respostas obtidas através do Auto-Diagnóstico de Competências Assistido intermédio – por parte da equipa educativa – medida recomendada em processos de média e longa-duração;

7.º passo – Resposta a Auto-Diagnóstico de Competências Assistido final, com base nos acima enunciados no 2.º e 5.º passos. Elaboração de Diagnóstico Individual de Aprendizagem final para fins de certificação – por parte dos aprendentes – medida recomendada;

8.º passo – Revisão (ou Produção) do Plano Pessoal de Aprendizagem - por parte dos aprendentes – medida opcional;

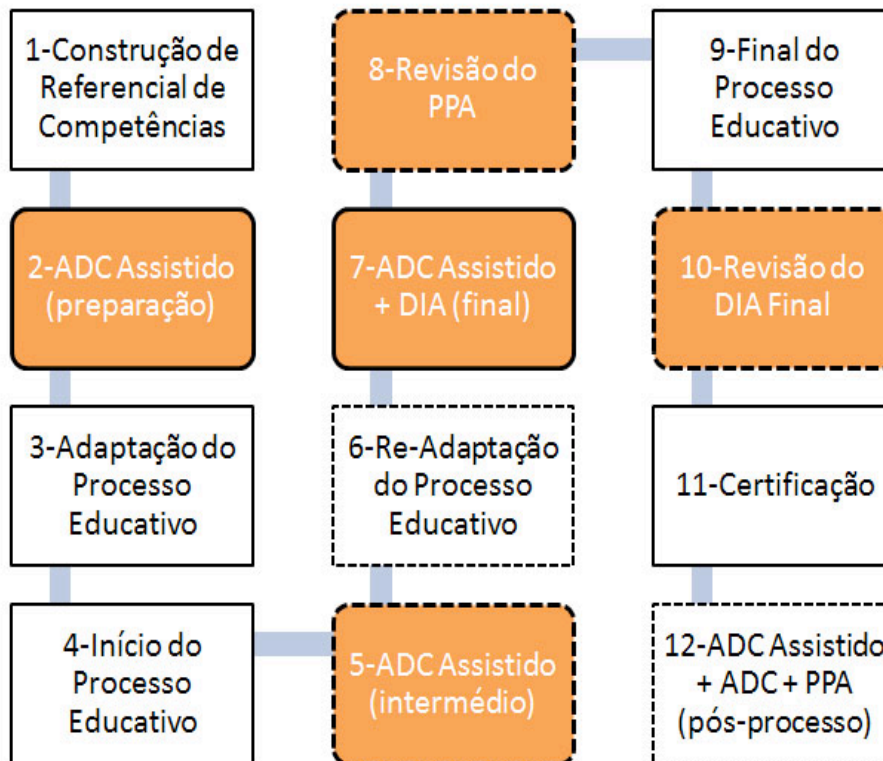
9.º passo – Final do processo educativo;

10.º passo – Revisão do Diagnóstico Individual de Aprendizagem final – por parte dos aprendentes – medida opcional produtiva quando levada a cabo até 30 dias após a conclusão do processo educativo (tempo suficiente para consolidar a aferição realizada ‘no terreno’ quando o processo também ainda se mantém suficientemente presente na memória para estimular esta consolidação).

11.º passo – Emissão de Certificados com base no Diagnóstico Individual de Aprendizagem final - por parte da equipa educativa – medida recomendada;

12.º passo – Resposta a Auto-Diagnóstico de Competências Assistido final, semelhante aos 2.º, 5.º e 7.º passos. O DIA elaborado anteriormente (7.º e 10.º passos) poderá também ser revisitado nesta ocasião. Revisão (ou Produção) do Plano Pessoal de Aprendizagem – por parte dos aprendentes – medida opcional produtiva quando levada a cabo de seis a doze meses após a conclusão do processo (tempo suficiente para aferir competências desenvolvidas a médio/longo-prazo).

Figura 2 – Uma proposta de mecanismo para o reconhecimento da Aprendizagem não-Formal, em doze passos.



Fonte: fonte própria.

Considerações Finais

Os obstáculos mais significativos ao auto-reconhecimento da ANF em Portugal oscilam entre a inércia no desenvolvimento de competências pessoais e a inércia subjacente à generalização de uma prática educativa essencialmente descentrada do aprendente. Por um lado, os/as aprendentes não detêm competência no domínio do “aprender a aprender” o que representa uma dificuldade acrescida em situações de reflexão sobre a sua própria aprendizagem; por outro lado o *status quo* fomentado pelo sistema formal de ensino (que continua a ser a grande expressão da Educação em Portugal) segue uma lógica focada num processo instrutivo e cumpridor de um currículo centrado nos domínios do saber fazer e saber saber e não necessariamente nos principais resultados expectáveis de qualquer processo educativo: a aprendizagem – o que representa um paradigma que habitua o aprendente, uma vez mais, a não refletir acerca da sua própria aprendizagem.



Apesar destes obstáculos, é possível promover o auto-reconhecimento da ANF através da utilização de ferramentas como o PPA, o ADC ou o DIA que podem ser articulados por meio de um mecanismo que se constitua como prática para educadores, formadores, professores, organizações, instituições, Estado e, prioritariamente, para os/as aprendentes.

Como existem dificuldades associadas à implementação destas ferramentas, é de grande importância considerar estas mesmas dificuldades e seguir uma abordagem facilitadora do processo de reflexão sobre a aprendizagem, recorrendo a instrumentos e métodos que apoiem os aprendentes na sua reflexão, como formulários estruturados, guiões de apoio ou actividade que fomentem a aprendizagem entre pares.

De forma a diminuir os riscos associados à implementação do mecanismo, é necessário planificar detalhadamente cada passo com a devida antecipação. Cada passo deve também ser planeado para o momento certo, levando em conta, o tempo necessário, nomeadamente, para a consolidação e para a auto-consciência da aprendizagem.

A certificação da ANF deve ser sempre uma hipótese nas mãos dos aprendentes e a responsabilidade da estruturação e produção dessa certificação é dos promotores dos respectivos processos educativos. Para além da certificação representar um marco de grande importância para o auto-reconhecimento, representa também uma importante ponte com as outras formas de reconhecimento da ANF/ENF (social, político e formal).

Enquanto Estado-Membro da União Europeia e do Conselho da Europa, o Estado Português deve aproximar a sua prática educativa aos padrões Europeus e fazer esforços no sentido de promover o reconhecimento da ANF/ENF, incluindo o auto-reconhecimento.

Independentemente dos esforços do Estado, é da responsabilidade de cada instituição, universidade, escola, organização criar condições para o desenvolvimento do auto-reconhecimento da aprendizagem.

Independentemente dos esforços das entidades promotoras de Educação, é da responsabilidade de cada professor, educador, formador advogar para a integração da agenda do auto-reconhecimento no seu trabalho com aprendentes, nem que isso implique uma auto-transformação, no domínio das suas atitudes enquanto profissional



de Educação.

Referências Bibliográficas

Bhave, Vinoba (1996). *Thoughts on Education*. Rajghat, Varanasi: Sarva Seva Sangh Prakashan.

Council of Europe (2006). *Portfolio Youth Worker Council of Europe. European Portfolio for youth leaders and youth workers*.

Recommendation 2006/962/EC of the European Parliament and of the Council of 18 December 2006 on key competences for lifelong learning [Official Journal L 394 of 30.12.2006].